

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA – SEINFRA  
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DO CEARÁ – PROURB-CE

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO  
MACIÇO DE BATURITÉ**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

**NOVEMBRO / 2002**

**GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ**

BENEDITO CLEYTON VERAS ALCÂNTARA

**SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA**

PAULO RUBENS FONTENELE ALBUQUERQUE

**PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MACIÇO DE BATURITÉ, AMAB**

JÚLIO CÉSAR LIMA BATISTA

## **ELABORAÇÃO**

CONSÓRCIO FAUSTO NILO / ESPAÇO PLANO

### **COORDENAÇÃO GERAL**

AIRTON IBIAPINA MONTENEGRO, JR. - Arquiteto e Urbanista

EDUARDO ARAUJO SOARES - Arquiteto e Urbanista

FAUSTO NILO COSTA JÚNIOR - Arquiteto e Urbanista

### **EQUIPE TÉCNICA DO CONSÓRCIO**

ACÚRCIO ALENCAR ARAÚJO FILHO - Engenheiro Agrônomo - Desenvolvimento Rural

ADAHIL PEREIRA DE SENA - Geólogo - Meio Ambiente

ANA CRISTINA GIRÃO BRAGA - Arquiteta - Produção de Bases Cartográficas

FERNANDO FARIA BEZERRA - Arquiteto - Transporte e Acessibilidade

HUGO SANTANA DE FIGUEIREDO JR. - Engenheiro Aeronáutico - Desenvolvimento Estratégico / Economia / Estratégias de Implementação e Gestão

JEANINE LIMA CAMINHA - Arquiteta e Urbanista - Estruturação Territorial / Infra-estrutura Social

LIBERATO MOACIR BARBOSA - Engenheiro Civil - Sistemas de Infra-estrutura

LUIZ BIANCHI - Geólogo - Meio Ambiente

MARA RÚBIA ROCHA TEIXEIRA MAIA - Assistente Social - Mobilização da Sociedade Civil

MARIA ÁGUEDA PONTES CAMINHA MUNIZ - Arquiteta - Estruturação Territorial / Infra-estrutura Social / Sistemas de Infra-estrutura

MARIA DO SOCORRO GONDIM TEIXEIRA - Bacharel em Relações Internacionais - Turismo

MARIA EVELINE VASCONCELOS LINHEIRO - Arquiteta - Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural

### **COLABORAÇÃO TÉCNICA**

MINÉIA SALES FRAZÃO - Estagiária de Arquitetura - Produção de Bases Cartográficas

NEWTON CÉLIO BECKER DE MOURA - Estagiário de Arquitetura - Produção de Bases Cartográficas

REGINA LÚCIA DE ARAÚJO SOARES - Geógrafa - Revisão de Relatórios Técnicos

RENATA MENDES LUNA - Engenheira Civil - Vetorização de Imagens de Satélite

RENATA PARENTE PAULA PESSOA - Arquiteta - Produção de Bases Cartográficas

SAMMYA MARIA ARAÚJO DE ALMEIDA - Estagiária de Arquitetura - Produção de Bases Cartográficas

VERENA ROTHBRUST DE LIMA - Estagiária de Arquitetura - Produção de Bases Cartográficas

### **EQUIPE DE SUPERVISÃO – SEINFRA / AMAB**

MARILAC XIMENES CABRAL - Coordenadora de Políticas Urbanas / SEINFRA

LANA ÁGUIAR DE ARAÚJO - Coordenadora do PROURB / CE / SEINFRA

VÂNIA LIMA ARARIPE - Gerente de Planejamento Urbano / SEINFRA

FRANCISCO DE DEUS BARBOSA - Arquiteto / SEINFRA

MARIA CLÁUDIA NOGUEIRA LIMA - Socióloga / SEINFRA

MARIA INÊS ROCHA FERNANDES TÁVORA - Economista / Secretária Executiva / AMAB

FRANCISCO JOSÉ MELO TAVARES - Assessor Técnico / AMAB

### **SUPORTE GRÁFICO**

ANA CAMILA CRUZ VIEIRA

ANDRÉ MOURA DA SILVA

HENRIQUE SOARES DE COIMBRA

LEIRIA MARY SILVA MESQUITA

MARIA AURENIR DA SILVA LIMA

### **EQUIPE DE APOIO ADMINISTRATIVO**

AILA MARIA ALMEIDA OLIVEIRA

CÍCERO VIEIRA NOBRE

DANIELLE ALVES LOPES

FERNANDA ELIAS FERNANDES



**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO .....	01
1.0 NOSSO AMBIENTE NATURAL .....	02
2.0 NOSSA COMUNIDADE .....	04
3.0 NOSSA ECONOMIA .....	05
4.0 NOSSAS CIDADES .....	06
5.0 NOSSO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL .....	08
6.0 NOSSO AMBIENTE INSTITUCIONAL .....	09
7.0 VISÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL .....	10
8.0 LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO .....	12
8.1 FUNDAMENTOS PARA A FORMULAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	12
8.2 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA O MACIÇO .....	13
9.0 MODELO DE ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO .....	16
10.0 PROGRAMAS E PROJETOS ESTRUTURANTES REGIONAIS .....	26
11.0 PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	31
11.1 ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA .....	31
11.2 ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	33
11.3 PAPEL DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	36
12.0 NOSSO COMPROMISSO .....	37

**RELAÇÃO DE FIGURAS E MAPAS****• FIGURA**

FIGURA Nº 01 – Visão de Desenvolvimento Regional Sustentável .....	11
--	----

**• MAPAS**

MAPA Nº 01 – Sub-regiões Homogêneas .....	03
MAPA Nº 02 – Espacialização da Rede Urbana Existente .....	07
MAPA Nº 03 – Espacialização das Atividades Produtivas nas Sub-regiões Homogêneas ..	14
MAPA Nº 04 – Novo Contexto Regional Balanceado de Uso do Solo .....	17
MAPA Nº 05 – Áreas Preferenciais para o Desenvolvimento da Atividade Agrícola .....	18
MAPA Nº 06 – Áreas Preferenciais para o Estabelecimento de Aglomerações Industriais / Áreas de Mineração / Complexos Agroindustriais .....	19
MAPA Nº 07 – Áreas Preferenciais para a Consolidação do Pólo Regional de Turismo Serrano .....	20
MAPA Nº 08 – Novas Centralidades (03 Focos) / Conexões Preferenciais .....	23
MAPA Nº 09 – Novas Acessibilidades para Balanceamento do Uso do Solo .....	25
MAPA Nº 10 – Rotas Turísticas Temáticas .....	29
MAPA Nº 11 – Infra-estrutura Hídrica de Suporte à Operação de Perímetros Irrigados .....	30

## INTRODUÇÃO

O CONSÓRCIO FAUSTO NILO / ESPAÇO PLANO procurou desenvolver um esforço de síntese para configurar, inicialmente, uma compreensão da realidade atual do Maciço de Baturité. Essa compreensão foi construída a partir da identificação e análise dos principais elementos que compõem essa realidade — a sua história, o seu ambiente natural, a sua população, as suas atividades econômicas, as suas estruturas construídas (cidades, vilas e redes de infra-estrutura), os elementos de seu patrimônio histórico, seu arcabouço institucional e suas relações intra e interregionais. Sua formulação tornou possível um expressivo conjunto de conclusões bem identificadoras da complexidade e dimensão dos desafios que a Região deverá enfrentar para alcançar um novo patamar de desenvolvimento.

A seguir foram estabelecidas as premissas básicas que determinaram todo o conjunto de Propostas que configuram o Plano de Desenvolvimento Regional, PDR do Maciço de Baturité.

Essas premissas explicitam os três suportes fundamentais para alcançar o desenvolvimento econômico e social de uma Região, quais sejam:

- a sustentabilidade;
- a competitividade; e
- a qualidade de vida.

Esses pilares essenciais à obtenção de um contexto de desenvolvimento com sustentabilidade devem ser construídos através do manuseio sistêmico das variáveis ambientais, econômicas, sociais, físico-urbanísticas e infra-estruturais, e de forma simultânea, face a sua estreita intercomplementaridade.

Dando segmento ao processo de abordagem do território, exercitou-se o cotejamento dos dados obtidos com as premissas projetuais preestabelecidas, e tornou-se possível identificar um conjunto de linhas estratégicas de desenvolvimento de âmbito econômico e físico-territorial. Através dessas linhas, pretende-se, de forma associada, ativar determinados segmentos da atividade econômica que são competitivos no Maciço, sobre um território com desenho atrativo que incorpore uma moldura ambiental de qualidade, uma rede de centros urbanos hierarquizados cuja relação emprego / moradia seja corretamente balanceada e com boa acessibilidade, e comunidades rurais auto-suficientes e equipadas. A esse arranjo espacial de qualidade seriam acrescidas as redes infra-estruturais de suporte, fechando um cenário garantidor da sustentabilidade e da competitividade, com elevado nível de qualidade de vida para os habitantes da Região.

A linha estratégica direcionada para a organização do território é materializada no PDR através de uma classificação do uso do solo que espacializa as ocorrências agrícolas, agroindustriais, industriais tradicionais, comerciais e de serviços, com destaque para a atividade turística.

Esse macrozoneamento de usos está, por sua vez, associado a um contexto de acessibilidades e equipamentos de suporte (terminais rodoviário, ferroviário e aeroviário-heliporto) e de âncoras (equipamentos) regionais relacionados com as áreas de educação, saúde, pesquisa agrícola e preparação de produtos agrícolas para exportação.

A etapa seguinte do PDR identifica as *áreas-programa* para concentração dos investimentos na Região, que se desdobram em ações denominadas de Projetos Estruturantes Regionais, a serem desenvolvidos ao longo dos próximos 20 anos, horizonte do Plano.

Finalmente, o Plano aborda os aspectos relacionados com as estratégias para a sua implementação e com a gestão do desenvolvimento regional em caráter permanente, a partir da conclusão do PDR.

Esse processo passará pela estruturação de uma Agência Regional de Desenvolvimento cujo modelo institucional deverá contemplar a participação do Governo do Estado, das Prefeituras do Maciço, de Instituições Parceiras e da Sociedade Civil Organizada.

## **1.0 NOSSO AMBIENTE NATURAL**

Uma visão geral da configuração territorial do Maciço revela a espacialização de 03 sub-regiões homogêneas (MAPA Nº 01), quais sejam:

- a Sub-região Serrana (Corredor Verde);
- a Sub-região dos Vales / Sertão (Corredor Histórico Ferroviário); e
- a Sub-região de Transição (Sertão / Litoral).

A primeira dessas sub-regiões – a Sub-região Serrana, a serra, é onde é possível confirmar a qualidade especial de seu clima, a qualidade do seu solo e a boa pluviosidade. Essa sub-região, que poderia também ser denominada de *Corredor Verde*, tem sua condição ambiental ameaçada pela reduzida capacidade de reservação de água subterrânea e de superfície, e pela devastação ambiental a que tem sido submetida. A topografia também está presente como fator limitativo para determinados usos, incluindo a agricultura em grande escala.

A segunda sub-região do Maciço – a Sub-região dos Vales / Sertão, caracteriza-se como região com razoável condição de armazenamento de água (Açudes Aracoíaba, Castro e Pesqueiro) e solos de qualidade, com destaque para os aluviões do Rio Pacoti, Rio Choró e Rio Aracoíaba, além de manchas de solos de boa qualidade ao longo da área de influência da ferrovia.

A terceira sub-região homogênea de importância regional para o território – a Sub-região de Transição, à leste, tem uma ocupação de baixíssima densidade, onde se destacam as sedes



Inserir Mapa Nº 01

urbanas de Ocara e Barreira. O uso agrícola predominante em parte da sub-região é a cajucultura. Os estudos ambientais e a qualidade do solo revelaram grande potencialidade para o desenvolvimento dessa sub-região através da atividade agrícola apoiada na irrigação.

O contexto ambiental analisado permite inferir as seguintes conclusões:

- O contexto ambiental do Maciço, notadamente na Sub-região Serrana, é bastante frágil, e as atividades a serem desenvolvidas na área deverão observar com rigor essa característica.
- A ocupação humana no Maciço, desde os seus primórdios e até hoje, se dá de forma predatória, comprometendo os ecossistemas da região de uma forma crescente.
- O PDR deverá recomendar ações e projetos que possibilitem a acumulação de água, decorrente da pluviosidade generosa da Sub-região Serrana.
- As municipalidades, juntamente com o Governo do Estado e com o envolvimento da sociedade civil organizada, deverão acelerar os esforços no sentido de prover educação ambiental para a população do Maciço, notadamente para as gerações mais jovens.
- As ações de saneamento básico, voltadas para o abastecimento d'água, esgotamento sanitário e tratamento / destino final de resíduos sólidos, deverão ser intensificadas.
- As expansões urbanas deverão ser controladas, especialmente na Sub-região Serrana, para minimizar a ocupação de territórios cobertos com florestas.
- A administração pública deverá investir na recuperação de áreas degradadas, redefinindo um novo papel econômico para elas.

## **2.0 NOSSA COMUNIDADE**

A população do Maciço – 210.000 habitantes (ano 2000) é, ainda, predominantemente jovem, sendo que a faixa de 0 a 19 anos representa cerca de 49% da população total.

Mantidas as atuais condições de atratividade econômica para os municípios do Maciço, a população estimada para 2022 (ano meta do PDR) deverá se situar na faixa dos 290.000 habitantes, representando, portanto, no período, um acréscimo de 38% sobre a situação de 2000.

O modelo de desenvolvimento econômico e físico-territorial a ser proposto para o Maciço, no âmbito do Plano Estratégico e do Plano de Estruturação Regional, deverá estabelecer uma população-meta – ano 2020, para a Região, a partir da análise do ambiente natural existente e dos seus limites de suportabilidade.

O elevado contingente de população rural alerta para a conveniência, em primeira instância, da análise das potencialidades de desenvolvimento do setor primário, otimizando a vocação natural dessa mão-de-obra disponível na Região do Maciço.

### **3.0 NOSSA ECONOMIA**

As atividades econômicas no Maciço não refletem uma visão estratégica de desenvolvimento para a Região. São mais fruto de um processo cumulativo de experiências que, numa análise cronológica, apresentam muito mais erros do que acertos.

A Região apresenta hoje um significativo percentual da sua população (55%) sobrevivendo da exploração de atividades rurais, as quais, atualmente, não são capazes de prover renda suficiente para a sua sobrevivência. Já está em curso um processo de migração para a periferia dos núcleos urbanos existentes no Maciço, começando a configurar processo de favelização desse contingente populacional egresso de áreas rurais.

As atividades industriais mais tradicionais atravessam período de crise que se agrava, e as tentativas mais recentes (confeções) sofreram retrocesso.

O setor primário, que no passado chegou a ser representativo em termos da geração do PIB (Produto Interno Bruto) Regional, está em franco processo de decadência econômica, pela baixa capacidade de competitividade e pelas restrições de caráter ambiental que a Região, naturalmente, impõe.

O setor terciário, associado a receitas institucionais (previdência oficial e emprego público), ao comércio e, mais recentemente, ao desenvolvimento do turismo, representa, setorialmente, a parcela mais significativa do PIB Regional, atingindo cerca de 73% do PIB Total da Região.

A dimensão da economia da Região pode ser observada pelo seu PIB, que em 1998 totalizou aproximadamente R\$ 340 milhões, distribuídos pelos serviços (73%), pela indústria (15%) e pela agropecuária (12%). Naquela ocasião, o PIB per capita da Região (R\$ 1.669,00) situava-se abaixo da média do Estado (R\$ 2.691,00).

Historicamente, a atividade econômica com maior oferta de postos de trabalho na Região do Maciço tem sido a agricultura de pequena escala, notadamente a horticultura na Sub-região Serrana, devido ao relevo acidentado e à estrutura fundiária fragmentada. Nas Sub-regiões dos Vales / Sertão e de Transição tem ocorrido a exploração de grãos, caju e cana-de-açúcar. O baixo nível tecnológico e a organização comercial dos produtores reduzem a competitividade da Região ao mesmo tempo em que o uso de agrotóxicos contribui para aumentar a pressão ambiental.

A cultura do café, que propiciou a ocupação da Serra no século XIX, terminou por agravar o desmatamento na década de 1970, na tentativa fracassada de implantar espécie de maior produtividade. O corte indiscriminado de árvores para servir como lenha, embora venha acontecendo em velocidade menor que no passado, ainda é preocupante. A possibilidade de utilizar tecnologias apropriadas ao ambiente local, identificar nichos de mercado (ex.: novas culturas e novos consumidores, inclusive na Região Metropolitana e além dela) e adquirir escala de comercialização, estão entre os principais desafios do setor primário do Maciço.

O setor secundário no Maciço é ainda incipiente e voltado para o beneficiamento rudimentar de produtos locais através de engenhos, alambiques, casas de farinha e moageiras de café. A instalação de indústrias deve considerar também os resíduos gerados, as limitações de capacidade populacional impostas pela fragilidade ambiental da Região, e a concorrência com os pólos que estão se formando em outras regiões do Estado.

No setor terciário, merece destaque o turismo nos segmentos cultural, ecológico e rural. Nesse caso, a proximidade com uma metrópole emissiva de mais de 2 milhões de habitantes e o fácil acesso funcionam como trunfos para a Região aproveitar ao máximo a atividade turística como fonte de riqueza. Requer, entretanto, melhor infra-estrutura de apoio, capacitação à altura e maior divulgação junto aos mercados-alvo. Atualmente, a administração pública é quem detém maior importância nos serviços e também faz com que esse setor seja predominante em relação aos demais, demonstrando o baixo dinamismo da economia regional.

#### **4.0 NOSSAS CIDADES (MAPA Nº 02)**

A rede de núcleos urbanos do Maciço ainda é comandada pela cidade-pólo Baturité, apesar do gradativo processo de esvaziamento econômico da Região e da perda de representatividade econômica da ligação ferroviária Fortaleza / Baturité.

O desenho das acessibilidades na área não ocorre dentro de uma visão sistêmica de abordagem do território, e tal fato poderá apresentar a repentina alteração do perfil dos diversos assentamentos urbanos e de suas relações funcionais e de complementaridade entre si.

As cidades do Maciço (suas sedes distritais), notadamente aquelas situadas na Sub-região Serrana, apresentam estruturação interna cuja escala e ambiência é importante preservar, buscando-se um adensamento programado e compatível com a malha viária existente, sem prejuízo do usuário pedestre e da moldura de natureza disponível.

Inserir Mapa Nº 02

São identificadas 03 tipologias diferenciadas no contexto da rede urbana geral do Maciço, quais sejam:

- O cordão de núcleos serranos, definido pelas cidades de Aratuba, Mulungu, Guaramiranga e Pacoti, podendo ser estendido até Palmácia, com a adequação do trecho rodoviário Pacoti / Palmácia. Tal cordão apresenta como elemento estruturante a rodovia existente, com extensos interstícios de floresta. Nesses intervalos ocorrem assentamentos do tipo *segunda residência*, fazendas anteriormente produtivas e, mais recentemente, complexos turísticos de pequeno porte – pousadas, cuja utilização predominante se dá nos finais de semana e feriados prolongados. Também aí ocorrem pequenos sítios que se dedicam à produção de frutas e hortaliças, abrigando parcela da população dita rural do Maciço.
- Um corredor potencial de urbanização, definido pelo traçado da CE-060, que está associado ao corredor ferroviário de forte expressividade, no passado, conectando entre si as cidades de Acarape, Redenção, Aracoiaba, Baturité (como núcleo central), Capistrano e Itapiúna. Esse eixo, a partir da possibilidade de reativação do transporte ferroviário, tanto de passageiros como de carga, apresenta-se como potencial eixo de urbanização a desenvolver.
- Os núcleos urbanos, hoje não interligados diretamente, de Barreira e Ocara, situados na Sub-região de Transição (Sertão / Litoral), que, embora situados dentro da Região Administrativa N° 08 –Maciço de Baturité, ainda não estabeleceram relação interurbana forte com os dois sub-sistemas urbanos anteriormente referidos. A esses dois núcleos caberá, muito provavelmente, função econômica de suporte às atividades do setor primário, através da fruticultura irrigada e suas agroindústrias correlatas. Face às suas posições geográficas no contexto geral do Maciço, é lícito supor a possibilidade de sua conexão com o corredor da ferrovia / rodovia CE-060, abrindo-lhes perspectivas de uma segunda alternativa de escoamento da sua produção para outras regiões do Estado.

Tudo está a indicar, tanto numa visão de curto e médio prazo, como dentro de uma perspectiva mais distante, que as potencialidades do desenvolvimento do turismo como setor estratégico de desenvolvimento, tende a se consolidar para o Maciço. Essa perspectiva induzirá fortemente à estratégia de organização espacial, nas áreas mais compatíveis com essa atividade, apoiada em *estruturas turísticas aglutinantes*, em detrimento à pulverização indiscriminada de ocupações do tipo *segunda residência*. Tais estruturas, além do impacto ambiental mais reduzido, apresentarão maior possibilidade de auto-sustentação econômica.

## 5.0 NOSSO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

As análises feitas no tocante aos aspectos da representatividade do patrimônio histórico cultural do Maciço apontam para a sua relevância. É forçoso reconhecer que o *passado* do Maciço foi mais expressivo, do

ponto de vista econômico, do que é o seu *presente*. Essa constatação abre espaço para identificar nos *artifícios* construídos pelo homem, nesse *passado*, um contexto abrangente de cenários construídos a preservar. São fazendas e sítios de café, moradias urbanas, edificações religiosas, equipamentos urbanos (estações ferroviárias e outros), seqüências de espaços urbanos construídos, notadamente nas cidades serranas (por conta da sua topografia acidentada), engenhos, dentre outros artifícios.

Na medida em que tais elementos da paisagem construída do Maciço sejam associados às inúmeras expressões da paisagem natural, cuja beleza e especificidade impõem proteger, e às diversificadas manifestações culturais dos municípios do Maciço, vislumbra-se um outro conjunto expressivo de elementos capazes de gerar, para a Região, um setor econômico para exploração, estreitamente associado ao turismo decorrente das potencialidades de clima, de natureza e de eventos culturais que a Região, hoje, já começa a vivenciar.

## 6.0 NOSSO AMBIENTE INSTITUCIONAL

O quadro institucional predominante nas municipalidades do Maciço espelha a realidade vivenciada pela grande maioria dos municípios do Estado. Essa realidade é determinada pelo conjunto de fatores a seguir relacionados:

- Estreita dependência de transferências institucionais para a manutenção da máquina administrativa municipal;
- Baixa capacidade gerencial para a operacionalização das políticas públicas, face à deficiência de capacitação dos recursos humanos disponíveis;
- Reduzida condição de investimento com recursos próprios, gerando dependência excessiva de aportes do Governo do Estado e da União;
- Ausência de práticas efetivas de operações consorciadas entre municípios, visando a redução dos custos operacionais dos serviços públicos essenciais e dos impactos ambientais; e
- Fragilidade dos mecanismos de planejamento e gestão regional capazes de estimular a compreensão dos problemas e a formulação de soluções com visão sistêmica.

Merecem destaque, apesar disso, algumas iniciativas, no âmbito da Região Administrativa do Maciço, já em pleno andamento:

- A instituição e atuação efetiva da Associação dos Municípios do Maciço de Baturité, AMAB, cuja ação contribuiu para viabilizar o seu Plano de Desenvolvimento Regional, PDR, instrumento pioneiro no âmbito da gestão regional do Ceará;

- A constituição do Conselho Supramunicipal do Maciço, CSM, instituído a partir do início da elaboração do PDR, composto por representantes da sociedade civil do Maciço e entidades governamentais, nos seus três níveis, para acompanhar a preparação do PDR, discutindo as suas análises e proposições; e
- O crescente balizamento das ações governamentais estaduais e municipais pelas diretrizes e projetos estruturadores decorrentes de planos de desenvolvimento.

Essas iniciativas, apesar de ainda em estágio inicial, apontam para uma compreensão diferenciada, inovadora e sistêmica da problemática regional, devendo, sob todos os aspectos, ser estimuladas pelo Governo do Estado, nessa sua fase de consolidação.

## **7.0 VISÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (FIGURA Nº 01)**

A Região do Maciço de Baturité deverá buscar, de forma obstinada, a sua transformação, no sentido de tornar-se uma comunidade com boa qualidade de vida, sustentabilidade e competitividade no contexto das demais regiões do Estado do Ceará.

Deverá proporcionar oportunidades a todos os seus habitantes para crescer, prosperar e usufruir um nível de qualidade de vida compatível com parâmetros de aferição internacionalmente satisfatórios.

O Maciço deverá agir como uma região comprometida com a prosperidade econômica devidamente balanceada com um ambiente natural restaurado e protegido.

Uma *Comunidade com Qualidade de Vida* deve apresentar algumas características tais como: ambiente natural preservado, acessibilidade e mobilidade através de sistemas multi-modais de transporte, qualidade e suficiência de equipamentos e serviços de uso público e acesso fácil à moradia de qualidade.

Uma *Comunidade Sustentável* resulta da preservação e do manejo adequado dos recursos naturais de importância regional e que propiciam a sobrevivência dos seres vivos naquela região. Uma comunidade sustentável reconhece o fato de que a prosperidade futura dependerá da preservação das reservas naturais atuais. A sustentabilidade requer um tipo de desenvolvimento que vá ao encontro das demandas do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de proverem o seu próprio sustento.

Assim sendo, comunidades e regiões sustentáveis devem buscar, de forma continuada, a redução da poluição do ar e das águas e do consumo de recursos não renováveis. Isso requer o balanceamento das atividades humanas aliada à capacidade de auto-renovação da natureza.



Inserir Figura Nº 01

A sustentabilidade não está, todavia, restrita apenas aos aspectos ambientais, mas deve ser considerada também sob a ótica financeira e social. Se continuar a crescer o fosso entre aqueles que têm muito e aqueles que não têm, não se conseguirá um equilíbrio socialmente sustentável.

Sustentabilidade também se aplica a modelos territoriais de desenvolvimento economicamente sustentáveis. Para exemplificar: modelos de estruturação de um território apoiado, predominantemente, no automóvel, não terão sustentabilidade indefinidamente, especialmente em centros urbanos de grande crescimento, por conta dos impactos criados, entre outros, na qualidade do ar, nos níveis de congestionamento de tráfego e nos custos das infra-estruturas. A sustentabilidade requer ações de desenvolvimento, tanto para regiões como para cidades e vizinhanças, que devam buscar a coordenação de investimentos públicos e privados para modos alternativos de transporte que permitam que a região acomode o crescimento populacional programado e estimule a expansão das atividades econômicas e culturais.

Uma *Comunidade Competitiva* deve ser capaz de identificar suas vocações e potencialidades no âmbito do setor produtivo, deve buscar capacitar e adaptar a sua força de trabalho para as novas e desafiantes alternativas de trabalho, nos diferentes setores da atividade econômica, em acelerado processo de mutação e, ao mesmo tempo, deve renovar e ampliar suas redes de infra-estrutura básica – energia, comunicações, malhas de transporte e terminais, e seus atrativos regionais, sempre no sentido de configurar uma *geografia de oportunidades* regional que representará *fator diferenciador* para futuros investidores no seu processo de decisão locacional.

Qualidade de vida, sustentabilidade e competitividade são interdependentes e se apoiam mutuamente. Nenhuma das três características pode ocorrer de forma consistente, no longo prazo, sem a presença das outras duas, numa região.

Os objetivos de uma visão de desenvolvimento sustentável requerem, finalmente, amplo esforço no sentido de ampliar as relações interjurisdicionais no âmbito regional. Parcerias entre municípios e compatibilização de políticas públicas serão fatores determinantes para a sustentabilidade da Região, propiciando a maximização dos recursos e a minimização dos impactos ambientais.

## **8.0 LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO**

### **8.1 FUNDAMENTOS PARA A FORMULAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

O Plano de Desenvolvimento Regional, PDR do Maciço de Baturité teve como escopo básico apontar um conjunto de diretrizes que permitam à Região e seus municípios alcançar uma posição econômica competitiva favorável e duradoura, com justiça social e equilíbrio ambiental. Fundamenta-se na compreensão de que as regiões de um Estado, assim como municípios e países, são entes participantes do mercado e, portanto, competem por recursos ao mesmo tempo em que podem ser parceiros. Além

disso, parte do princípio de que o Governo pode e deve conceber políticas de desenvolvimento econômico-setoriais, assumindo, entretanto, o papel de indutor, ao invés de executor.

Para determinar como a Região deve participar do mercado com vantagens para si, é preciso conhecer as suas características e o ambiente competitivo no qual está inserida, a fim de definir-se quais os setores econômicos que devem ser encorajados, o papel de cada município na composição das estratégias no contexto regional e os resultados esperados.

Para efeito de compreensão do papel da Região do Maciço de Baturité no ambiente competitivo em que atua na escala global, e, mais especificamente, no Estado do Ceará, torna-se imperativo, também, entender o papel das demais regiões no desenvolvimento estadual, de forma que as vantagens competitivas de cada região sejam aproveitadas e ainda mais fortalecidas, com implicação na otimização dos escassos recursos disponíveis.

No tratamento da Região do Maciço como unidade, assume-se que os seus municípios, com o apoio do Estado, compreendem que a sua atuação em conjunto traz sinergias que não existiriam se resolvessem atuar em separado. Entretanto, como na composição de qualquer sociedade, é necessário que cada um dos sócios identifique quais as suas contribuições e os seus papéis, e que os diferentes pontos de vista sejam compatibilizados.

## 8.2 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA O MACIÇO (MAPA Nº 03)

A proposta para a Região do Maciço de Baturité é composta de um conjunto de 04 linhas estratégicas, estabelecidas a partir da compreensão do ambiente competitivo e das características intrínsecas da Região, anteriormente analisadas. São elas:

→ *Linha Estratégica 01*

**Consolidação do Maciço como Pólo Regional de Turismo em Ambiente Serrano**, intenção que se justifica pelo diferencial natural da Região e sua proximidade com o grande mercado da Região Metropolitana de Fortaleza, RMF. A expansão ocorrerá em segmentos atualmente praticados (ex.: eventos culturais estaduais, ecoturismo) e em novas modalidades de turismo (ex.: recomposição para a melhor idade, eventos empresariais, esportes radicais e de concentração, histórico-cultural, agroturismo).

→ *Linha Estratégica 02*

**Desenvolvimento de uma Região de Economia Primária Competitiva, Integrada aos Mercados Regionais e Nacional**, fundamentada na existência de nichos de mercado competitivos para as culturas do Maciço, da proximidade com um grande mercado consumidor

Inserir MAPA Nº 03

na RMF, e pela grande predominância da população rural na Região. A atividade se concentraria na recuperação de algumas culturas tradicionais como café, banana, caju e cana-de-açúcar para cachaça, e na expansão de novas culturas como flores, frutas tropicais irrigadas, sorgo, mel, hortaliças especiais e da pecuária de caprinos e ovinos.

→ *Linha Estratégica 03*

**Estruturação de uma Região de Economia Industrial Intensiva em Mão-de-Obra e Harmonizada com o Ambiente Natural**, em setores em que o Maciço pode se tornar competitivo, que se justifica seja pela integração vertical, a partir de recursos naturais (agroindústria, produção de jóias), seja pela proximidade com setores complementares (artesanato junto à atividade turística do próprio Maciço, confecções próximo ao pólo têxtil da RMF).

→ *Linha Estratégica 04*

**Configuração de uma Região com Atrativos Físicos-territoriais, Sociais e Infra-estruturais**, a partir da justaposição sistêmica dos seus elementos naturais relevantes preservados, da espacialização dos usos do solo (agricultura, agroindústria, indústria, comércio, serviços e moradia) devidamente compatibilizados, da rede regional de acessibilidade e transporte, das redes infra-estruturais de energia elétrica, suprimento de água e comunicações, de seus núcleos populacionais autônomos e funcionalmente complementares, interligados por corredores multifuncionais de desenvolvimento e apoiados por âncoras (equipamentos) de desenvolvimento com expressão regional (centro de compras, complexo hospitalar, centro de ensino superior, central de armazenamento e embalagem de produtos agrícolas e centro de referência agropecuária).

Centrando esforços simultâneos na implementação dessas estratégias, o Maciço de Baturité deverá obter um nível de desenvolvimento econômico sustentável com justiça social através da oferta de serviços de turismo em ambiente serrano, de produtos primários diferenciados e de qualidade e de produtos intensivos em mão-de-obra e agroindustrializados, propiciando aos moradores e visitantes uma Região de grande atratividade física, em harmonia com o seu ambiente natural e apoiada por uma rede urbana hierarquizada e autônoma.

Para efeito de acompanhamento dos resultados gerais do esforço de implementação dos Programas e Projetos do PDR, o Plano recomenda que se trabalhe com metas, em vez de prognósticos, para os indicadores sócio-econômicos gerais para 2020. Essas metas buscariam multiplicar por quatro o PIB per capita e, ao mesmo tempo, reduzir a desigualdade na distribuição de renda, eliminar o analfabetismo e reduzir a mortalidade infantil para o nível de países desenvolvidos.

## 9.0 MODELO DE ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

As Linhas Estratégicas 01, 02 e 03, antes referidas, configuram o perfil econômico desejável do Maciço para o horizonte de 2022. A Linha Estratégica 04 – *Configuração de uma Região com Atrativos Físico-territoriais, Sociais e Infra-estruturais* representa a espacialização, no território, das demandas por espaço físico e infra-estruturas oriundas daquelas atividades econômicas.

A espacialização das atividades econômicas propostas, as acessibilidades e demais redes infra-estruturais, por sua vez, deverão ser sobrepostas a um contexto ambiental existente configurado por extensos trechos de florestas, regiões com acentuada declividade e um sistema hídrico relevante para o Maciço e regiões circunvizinhas, tanto no tocante ao abastecimento d'água para o consumo humano como para uso na atividade agrícola.

A apropriação desse território ocorrerá apoiada no conjunto de metas a seguir discriminado:

- Equilibrar o uso do solo regional com vistas à distribuição de oportunidades e intensificação de benefícios, incluindo a mobilidade populacional, para estabelecer uma nova relação agricultura / ambiente / infra-estrutura, como forma de criar novas fronteiras para as atividades agrícolas, liberando a Sub-região Serrana para usos de menor carga, compatíveis com a sensibilidade ambiental e a relativa escassez de água. Essa iniciativa se daria no âmbito das 03 Sub-regiões do Maciço, por meio da atração de populações para zonas potenciais de atividades agrícolas e agroindustriais – zonas de solos favoráveis à agricultura irrigada nas Sub-regiões dos Vales e de Transição (aluviões dos Rios Pacoti, Aracoiaba, Choró e Castro e solos de Ocara, até seu limite leste (Eixo de Integração Castanhão / RMF) (MAPA Nº 04).
- Adotar o sistema de *Corredores de Desenvolvimento* para a agroindústria, agricultura, indústria e núcleos populacionais, de forma a preservar os recursos ambientais e otimizar a exploração dos solos agrícolas em equilíbrio com a oferta e gestão das águas e apoio à reutilização da ferrovia, com o uso compartilhado de cargas e passageiros, incluindo a destinação turística (MAPAS Nº 05, 06 e 07).
- Implantar o *Corredor Agrícola* que toma por base o solo do tipo *aluvião*, às margens do sistema hídrico Choró / Aracoiaba / Castro, de maneira a lhe conferir funções associadas e acessíveis, compartilhando as atratividades agrícolas, paisagísticas e de proteção ambiental.
- Estruturar o grande corredor regional de atividades industriais, comerciais e de serviços do Maciço, cujo desenvolvimento acompanhará o *Corredor Histórico Ferroviário* e o eixo da CE-060. Esse corredor ferroviário, inserido na Sub-região dos Vales / Sertão, que se estabeleceu com a implantação da Estrada de Ferro de Baturité, propiciou, no passado, o

Inserir .Mapa Nº 04

Inserir Mapa Nº 05



Inserir Mapa Nº 06

Inserir Mapa Nº 07

desenvolvimento de uma cadeia linear de centros urbanos num contexto de solos de qualidade variada e escassas possibilidades de irrigação. Essa faixa de território, com boa infra-estruturação, se posiciona de forma estratégica para atuar como eixo drenante natural das possibilidades de desenvolvimento econômico do Maciço, quais sejam:

- A produção agrícola (agricultura orgânica) do *Corredor Verde*;
- A produção agrícola irrigada, oriunda dos solos agricultáveis dos sistemas hídricos Choró / Aracoiaba / Castro, Acarape do Meio e Vale Água Verde (Palmácia), a serem apoiados pela oferta de água dos Açudes Pesqueiro, Castro, Acarape do Meio e Aracoiaba;
- A produção agrícola irrigada oriunda dos solos produtivos de Ocara, apoiada pela oferta hídrica do Eixo de Integração Castanhão / RMF;
- A implantação de centros de excelência de suporte humano na área de influência de Baturité e Aracoiaba, relacionados com a educação, a saúde e a pesquisa (agricultura e pecuária do Maciço);
- O suporte operacional ao turismo serrano; e
- A consolidação dos centros urbanos existentes no *Corredor*, como áreas de trabalho (atividades industriais, comerciais e de serviços de modo geral) e moradia, com raios caminháveis, suas expansões e a implantação de novos núcleos apoiadores de aglomerações potenciais, vinculadas à expansão da mineração e da indústria de jóias e bijuterias, em Itapiúna, e à expansão do *cluster* de confecções na área de influência de Acarape e Redenção, dentre outras.

Toda essa cadeia de conveniências possibilitará a concretização de um modelo articulado de mobilidade regional coordenando uma rede de centros de trabalho (comércio e serviços), complementados pela instalação de zonas industriais em grande parte do corredor ferroviário, oportunizando a restauração do papel da própria ferrovia, que, dessa forma, terá no futuro uma demanda viabilizadora originada das atividades de agricultura de toda a Região, das atividades industriais, dos novos núcleos habitacionais daí surgidos e do fluxo turístico devidamente qualificado pelo novo contexto.

- Apoiar a combinação de usos do solo de agricultura orgânica controlada (horticultura, floricultura e café) associados com a distribuição rigorosamente balanceada de atividades de hotelaria (*resorts* de baixa densidade e pousadas) e expansões urbanas, incluindo o uso com *segunda residência* com baixa densidade, ao longo do *Corredor Verde*, compreendido entre os pólos de Aratuba e Palmácia. Nesse *Corredor* também deverão ser demarcadas as áreas de reservas florestais e zonas de preservação ambiental, além de parques ecológicos.

- Promover a consolidação da Cidade de Baturité, apoiada por Aracoiaba, como núcleo urbano central do Maciço, e dos pólos de Guaramiranga, Pacoti e Ocara como núcleos secundários (MAPA Nº 08).
- Distribuir âncoras econômicas e atividades correlatas, como elementos de equilíbrio das oportunidades econômicas nos municípios, ao mesmo tempo em que otimiza a eficiência da mobilidade regional.
- Promover a criação de parques naturais de caráter regional, com usos recreacionais, e de áreas de conservação, incluindo santuários de pássaros, florestas, rios, riachos, mirantes e cumes, e disseminar informações sobre os mesmos.
- Consolidar e apoiar as cidades existentes, equilibrando a rede urbana e definindo seus papéis.
- Desestimular, no âmbito das cidades e distritos da Região, extensões significativas de infra-estrutura além das fronteiras urbanas de crescimento (perímetro urbano), utilizando o critério de crescimento contíguo e compacto, com uso misto e alta densidade, até onde a base natural suportar.
- Conservar, reabilitar e/ou reurbanizar, no âmbito das cidades da Região e quando for apropriado, áreas urbanas degradadas.
- Promover a proteção de paisagens naturais, paisagens agrícolas e vistas especiais da Região, face aos seus méritos de ordem cultural e cênica.
- Estabelecer locações industriais estritamente associadas ao sistema regional de acessibilidade e transporte, e às áreas de dinamização econômica definidas no Plano Estratégico, PE.
- Disseminar os usos comerciais e de serviços no âmbito das estruturas urbanizadas, sempre em consonância com o princípio da caminhabilidade, favorecendo os deslocamentos a pé e/ou de bicicleta.
- Observar os condicionantes topográficos e ambientais universais para locações agrícolas, industriais, comerciais e de serviços.
- Desestimular atividades que requeiram instalações em estruturas de alta densidade de uso do solo, fora dos perímetros urbanos atuais, tais como condomínios e loteamentos de segunda residência e usos industriais de manufaturas, no âmbito da Sub-região Serrana.
- Planejar, de forma prioritária, todas as fronteiras de urbanização e áreas de expansão urbana indispensáveis ao abrigo do crescimento das populações urbanas locais, de forma adequada à

Inserir Mapa Nº 08

capacidade de carga da base natural. Essas demarcações oficiais devem ser feitas por meio da elaboração de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, PDDUs, para os municípios que ainda não dispõem de tal instrumento.

- Preservar e reservar terras urbanizáveis, na Sub-região Serrana, apenas para usos de baixa densidade, mediante controle rigoroso, como *resorts* inseridos em paisagens naturais, pequenas pousadas e atividades relacionadas com a gastronomia e chácaras.
- Criar novos centros de emprego e moradia dentro da atual rede de cidades, com o objetivo de apoiar a mobilidade (relação moradia x trabalho), diminuindo a futura dependência do transporte, incluindo o recurso da bicicleta em raios compatíveis, e viabilizando os serviços de transporte público.
- Induzir a intermodalidade de transporte (rodovia, ferrovia e heliporto) na Cidade de Baturité, apoiando as conexões com equidistância e reestruturando o papel da velha ferrovia dentro do novo contexto de mobilidade.
- Promover a expansão articulada da rede viária estruturante atual, buscando estabelecer uma nova acessibilidade apoiadora do balanceamento do uso do solo proposto para a Região, destacando as intervenções estruturadoras (MAPA Nº 09).
- Proceder a superposição das conveniências de mobilidade, agregando ao sistema viário estruturante um futuro roteiro religioso – *Caminhos de Assis* (alternativo à BR-020), fazendo a ligação Maranguape–Palmácia–Aratuba, e daí seguindo para Canindé. Esse roteiro seria complementado e reforçado com a conexão Itapiúna–Palmatória–Aratuba, visando apoiar o histórico fluxo religioso oriundo de Itapiúna com destino à Canindé.
- Desestimular, na Sub-região Serrana, a instalação intensiva de atividades demandadoras de pesados fluxos rodoviários baseados em caminhões, tais como transporte de cargas em geral, produtos industrializados, materiais industriais, resíduos etc.
- Complementar as ações urbanísticas locais com um projeto integrado de transporte público de qualidade turística, conectando os principais centros do *Corredor Verde*, com o objetivo de reduzir a devastação ambiental decorrente do uso e da acomodação do automóvel privado.
- Restaurar as arquiteturas históricas e os lugares públicos de grande significação, apoiando-se na manutenção da vitalidade dos espaços públicos, no realce dos pontos de privilégio paisagístico e na proteção dos aspectos da identidade local.

A síntese espacializada desse conjunto de propostas está acumulada e superposta a partir do MAPA Nº 04 até o MAPA Nº 09 e configuram, no seu conjunto, o modelo de organização do território proposto para o Maciço.

Inserir Mapa Nº 09

## 10.0 PROGRAMAS E PROJETOS ESTRUTURANTES REGIONAIS

O Plano de Desenvolvimento Regional, PDR do Maciço de Baturité somente poderá ser consolidado a partir da correta implementação e gestão dos seus Projetos Estruturantes Regionais.

Esses projetos decorrem de um processo cumulativo de análise da realidade regional, apoiado nos princípios orientadores de uma ação de planejamento contemporâneo, e na formulação de uma visão de desenvolvimento sustentável e compatível com as demandas sociais da Região. Essa visão, por sua vez, determinou a definição de um conjunto de metas e políticas cuja implementação será apoiada num modelo de ordenação do território (macro-zoneamento).

Esse processo de trabalho por aproximações sucessivas permitiu a identificação de áreas estratégicas (áreas-programa) que abrigam um conjunto significativo de intervenções estruturantes a serem implementadas no horizonte temporal (20 anos) do PDR. São elas:

- a) Área-Programa 01 – Uso do Solo;
- b) Área-Programa 02 – Recursos Naturais de Importância Regional;
- c) Área-Programa 03 – Desenvolvimento Econômico;
- d) Área-Programa 04 – Acessibilidade e Transporte Regional;
- e) Área-Programa 05 – Infra-estruturas de Suporte Humano; e
- f) Área-Programa 06 – Preservação da História e da Cultura.

A seguir, agrupados no âmbito de cada Área-Programa, estão relacionados os projetos que integram o PDR, num total de 46 (intervenções):

- a) **ÁREA-PROGRAMA 01 – USO DO SOLO**
  - a.1) Elaboração de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, PDDUs;
  - a.2) Cobertura Aerofotogramétrica e Aerofotográfica do Maciço; e
  - a.3) Levantamento Cadastral dos Imóveis Urbanos e Rurais dos Municípios do Maciço.
- b) **ÁREA-PROGRAMA 02 – RECURSOS NATURAIS DE IMPORTÂNCIA REGIONAL**
  - b.1) Consolidação das Unidades de Conservação Ambiental, UCAs;



- b.2) Expansão do Programa de Educação Ambiental no Maciço de Baturité;
  - b.3) Gestão Ambiental no Maciço de Baturité;
  - b.4) Recuperação de Áreas Degradadas do Maciço;
  - b.5) Formação de Guias Ecológicos para o Maciço;
  - b.6) Elaboração da Agenda 21 para os Municípios do Maciço; e
  - b.7) Implantação do Sistema de Parques Naturais Regionais do Maciço.
- c) ÁREA-PROGRAMA 03 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
- c.1) Atividades Agrícolas:
    - c.1.1) Implantação do Centro de Referência Agropecuária do Maciço de Baturité;
    - c.1.2) Recuperação / Expansão das Culturas Potencialmente Competitivas da Área do Maciço; e
    - c.1.3) Central de Embalagem e Armazenamento (*Packing House*) de Produtos Agrícolas.
  - c.2) Atividades Industriais, Comerciais e de Serviços:
    - c.2.1) Desenvolvimento do *Cluster* de Confeccões do Maciço;
    - c.2.2) Atração e Formação Local de Empresas Agroindustriais;
    - c.2.3) Desenvolvimento do *Cluster* de Mineração e Industrialização de Pedras Semipreciosas;
    - c.2.4) Formação Local de Artesãos e Desenvolvimento de Canais de Comercialização;
    - c.2.5) Universidade do Maciço de Baturité, UMB;
    - c.2.6) Centro Regional de Compras do Maciço; e
    - c.2.7) Ampliação e Reequipamento da Estrutura Hospitalar Regional (Baturité / Aracoiaba).
  - c.3) Turismo:
    - c.3.1) Atração e Formação Local de Empresas Turísticas;

- c.3.2) Inventário da Oferta e Concepção de Rotas Turísticas para o Maciço (MAPA Nº 10);
  - c.3.3) Terra de Eventos e Convenções;
  - c.3.4) Plano Geral de Configuração Espacial da Infra-estrutura Turística do Maciço;
  - c.3.5) Gestão da Atividade Turística no Maciço de Baturité;
  - c.3.6) Capacitação de Mão-de-obra Regional para a Atividade Turística; e
  - c.3.7) Produção, Promoção e Comercialização da Imagem do Maciço.
- d) **ÁREA-PROGRAMA 04 – ACESSIBILIDADE E TRANSPORTE REGIONAL**
- d.1) Plano Regional de Transportes, PRT – Maciço;
  - d.2) Sistema Estruturante de Acessibilidade e Equipamentos de Suporte;
  - d.3) Implantação da Rede de Trilhas Ecológicas do Maciço; e
  - d.4) Reconfiguração Funcional e Reativação da Infra-estrutura Ferroviária e Equipamentos de Suporte.
- e) **ÁREA-PROGRAMA 05 – INFRA-ESTRUTURAS REGIONAIS DE SUPORTE HUMANO**
- e.1) Energia Elétrica:
    - e.1.1) Execução de Sub-estações Abaixadoras e Expansão da Rede de Distribuição Elétrica nas Áreas Preferenciais para Investimentos do PDR de Baturité.
  - e.2) Suprimento de Água para Abastecimento Humano e para Consumo Industrial e Agrícola:
    - e.2.1) Inventário da Disponibilidade de Água Subterrânea na Sub-região Serrana;
    - e.2.2) Plano Regional de Recursos Hídricos do Maciço, PRRH – Maciço;
    - e.2.3) Ampliação dos Sistemas Urbanos de Abastecimento de Água do Maciço;
    - e.2.4) Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água Bruta para Nucleações Industriais;
    - e.2.5) Infra-estrutura Hídrica de Suporte à Operação dos Perímetros Irrigados do Maciço (MAPA Nº 11); e

Inserir MAPA Nº 10

Inserir MAPA Nº 11

- e.2.6) Construção de Mini-barramentos na Sub-região Serrana.
- e.3) Esgotamento Sanitário:
  - e.3.1) Plano Regional de Esgotamento Sanitário, PRES – Maciço; e
  - e.3.2) Recuperação e Expansão dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (Redes e Sistemas Simplificados) do Maciço.
- e.4) Resíduos Sólidos:
  - e.4.1) Plano Regional de Resíduos Sólidos, PRRS – Maciço; e
  - e.4.2) Implantação do Sistema Regionalizado de Coleta e Destino Final do Lixo no Maciço.
- e.5) Comunicações:
  - e.5.1) Expansão e Integração dos Sistemas de Suporte à Telefonia (móvel e fixa) e à Transmissão de Sinal de TV .
- f) ÁREA-PROGRAMA 06 – PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E DA CULTURA
  - f.1) Inventário das Edificações, Sítios Arqueológicos, Paisagens Naturais e Manifestações Culturais Significativas do Maciço;
  - f.2) Instrumentos Legais de Preservação e Demarcação de Zonas de Preservação; e
  - f.3) Restauro das Edificações e Ambiências Urbanas de Interesse Histórico do Maciço.

A versão final do PDR inclui Fichas Técnicas que detalham o conteúdo de cada Projeto identificado neste capítulo, para orientar o seu posterior desenvolvimento.

## **11.0 PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

### **11.1 ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA**

O desenvolvimento das diversas fases do Plano de Desenvolvimento Regional, PDR do Maciço de Baturité contou com a decisiva participação das diferentes lideranças do Maciço e de sua comunidade, em geral.

A partir da ação da AMAB, cujo empenho viabilizou, junto ao Governo do Estado / SEINFRA, o suporte

técnico e financeiro para elaboração do PDR, teve início um processo sistemático de discussão e avaliação dos diversos relatórios técnicos que compõem o Plano.

O CONSÓRCIO FAUSTO NILO / ESPAÇO PLANO, vencedor do processo licitatório para elaboração do PDR, estabeleceu na sua Proposta Técnica, no capítulo relacionado com o envolvimento da sociedade civil, uma sequência de eventos que garantiram intenso processo participativo da população do Maciço no decorrer da preparação do Plano.

Esse conjunto de reuniões tinha por objetivo dar conhecimento à comunidade da Região do processo de preparação do PDR, discutir com ela os seus conteúdos, receber críticas e sugestões para obter, no final, um produto que representasse uma síntese harmoniosa da visão técnica do CONSÓRCIO FAUSTO NILO / ESPAÇO PLANO com a visão da sociedade civil organizada do Maciço, e observasse as peculiaridades municipais e as diretrizes gerais do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Governo do Estado (1999-2000).

O esforço desenvolvido por todos os agentes envolvidos – Prefeituras Municipais do Maciço, AMAB, Governo do Estado (SEINFRA, SEPLAN e demais Secretarias e Órgãos setoriais), Conselho Supramunicipal do Maciço, CSM, Lideranças da Sociedade Civil Organizada do Maciço e o Consórcio Fausto Nilo / Espaço Plano, merece registro neste Sumário Executivo e demonstra o compromisso de todos na produção de um documento com forte cunho participativo e, por conseqüência, com chances maiores de implementação, a partir da sua conclusão.

Ao longo de catorze meses, em diferentes municípios da Região, ocorreram os eventos acima referidos, cuja seqüência e conteúdos estão a seguir discriminados:

- SEMINÁRIO I – BATURITÉ ..... 11.05.2001  
Tema – Apresentação dos Objetivos, Metodologias de Elaboração, Etapas e Cronograma do Plano de Desenvolvimento Regional, PDR do Maciço de Baturité.
  
- OFICINA I – PACOTI ..... 03 e 04.07.2001  
Tema 1 – Preparação da *Visão Atual do Maciço – Carências e Potencialidades*, sob a Ótica da Sociedade Civil Organizada; e  
Tema 2 – Estruturação do Conselho Supramunicipal do Maciço, CSM, para Acompanhamento da Elaboração do PDR.
  
- FÓRUM I – ARATUBA ..... 09.08.2001  
Tema – Apresentação e Discussão do Relatório "*Caracterização do Maciço de Baturité – Carências e Potencialidades*".

- FÓRUM II – ARACOIABA ..... 13.11.2001  
Tema – Apresentação e Discussão do Relatório "*Plano Estratégico, PE do Maciço de Baturité*".
- FÓRUM III – ITAPIÚNA ..... 14.05.2002  
Tema – Apresentação do Relatório "*Plano de Estruturação Regional, PER do Maciço de Baturité*".
- OFICINA II – PALMÁCIA ..... 10.07.2002  
Tema – Apresentação dos Relatórios:  
- "*Projetos Estruturantes Regionais do Maciço de Baturité*"; e  
- "*Estratégias de Implementação e Gestão do PDR – Maciço de Baturité*".
- SEMINÁRIO II – GUARAMIRANGA ..... 02.08.2002  
Tema – Apresentação das Metas, Programas e Projetos do Plano de Desenvolvimento Regional, PDR do Maciço de Baturité – Sumário Executivo.

O conjunto de eventos formais relacionados foi, ainda, enriquecido com inúmeras reuniões internas de trabalho do Conselho Supramunicipal do Maciço, CMS que discutia, com antecedência, a versão preliminar dos relatórios elaborados pelo Consórcio, preparando-se para os eventos formais.

A avaliação que se faz, ao final desse processo, é claramente positiva e consolida uma experiência participativa que o Governo do Estado deve aproveitar quando da elaboração de outros Planos Regionais para as demais regiões do Ceará.

No âmbito do próprio Maciço, a expectativa do Plano é que o mesmo comece a ser internalizado pelas gestões municipais, dando início ao grande esforço para a sua implementação.

## 11.2 ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Plano de Desenvolvimento Regional, PDR do Maciço de Baturité constitui-se num instrumento pioneiro de gestão regional no Estado do Ceará. Ele é consequência de uma compreensão, por parte do Governo do Estado, da necessidade de promover um desenvolvimento espacialmente mais equilibrado do território cearense.

Nas duas últimas décadas tem-se ampliado a concentração populacional e de riqueza na Região Metropolitana de Fortaleza. Fazia-se necessário estabelecer um conjunto completo de recomendações para o desenvolvimento e para a ordenação territorial do Estado, transcendendo, assim, a visão específica dos municípios.

Tal percepção viabilizou a primeira iniciativa de planejamento microrregional do Estado, contemplando os 13 municípios da Região Administrativa Nº 08 — Maciço de Baturité, para os quais se formulou um conjunto articulado de diretrizes de desenvolvimento integrado por metas, programas e projetos estruturadores para os próximos 20 anos, apoiados nos conceitos mais atuais de planejamento regional e alinhados com as diretrizes gerais do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará (1999-2002).

Essas diretrizes regionais se expressam através de um conjunto de linhas estratégicas para a promoção do desenvolvimento econômico sustentável do Maciço, de um macrozoneamento do uso do solo regional, de uma rede articulada de acessibilidades, de uma rede de infra-estruturas de suporte humano e de âncoras (equipamentos) de porte regional, sobre uma moldura ambiental preservada e realçada. Citadas diretrizes têm como foco principal a transformação do Maciço em uma comunidade regional, formada por 13 municípios dotados de qualidade de vida, sustentabilidade e competitividade.

Para a sua viabilização, foram definidas 06 Áreas-Programa que sintetizam o conteúdo das linhas estratégicas de desenvolvimento propostos para a Região do Maciço de Baturité, áreas essas que desdobram-se em ações denominadas de Projetos Estruturantes Regionais.

O Plano estabelece estratégias específicas para implementação dessas Áreas-Programa a seguir nomeadas:

- a. Área-Programa 01 – Uso do Solo;
- b. Área-Programa 02 — Recursos Naturais de Importância Regional;
- c. Área-Programa 03 — Desenvolvimento Econômico;
- d. Área-Programa 04 — Acessibilidade e Transporte Regional;
- e. Área-Programa 05 — Infra-estruturas de Suporte Humano; e
- f. Área-Programa 06 — Preservação da História e da Cultura.

As ações para implementação das Áreas-Programa possuem características diferenciadas mas, ao mesmo tempo, complementares. São elas:

- Ações de Âmbito Legislativo (Estadual e Municipal);
- Ações Técnicas;
- Ações Administrativas e Financeiras; e



→ Ações para a Atração de Investimentos.

A justaposição das ações supra-referida, ocorrendo de forma simultânea sobre as diferentes Áreas-Programa definidas anteriormente, configurarão o arcabouço gerencial que redundará na implementação do próprio PDR.

Para que tal contexto se materialize, os prefeitos do Maciço, através da AMAB, e o Governo do Estado deverão buscar a institucionalização de uma estrutura gerencial de âmbito regional cuja composição deverá, necessariamente, garantir a participação efetiva dos dois níveis de governo e da sociedade civil organizada do Maciço.

Essa entidade poderia ser construída a partir do conceito de *Unidade Regional de Desenvolvimento Econômico*, de conhecimento da SEPLAN/Ce, incluindo no seu escopo outros aspectos de abrangência regional, além daqueles puramente econômicos, mas que, em última instância, tenham impactos sobre o desenvolvimento na sua forma mais completa, incluindo também os componentes ambiental, urbanístico e social.

Como observado, pela pouca atividade das associações municipais ou pela limitação corporativa das unidades setoriais do Estado, a formação das unidades regionais como entes puramente municipais ou puramente estaduais tende a não conseguir alcançar um dos seus objetivos primordiais da organização, qual seja, coordenar e integrar eficazmente o desenvolvimento regional.

Assim, fica reforçada a sugestão de serem criadas unidades regionais de caráter misto, isto é, com a participação de representantes do Estado, dos municípios da Região e de instituições de desenvolvimento parceiras. Ressalte-se, entretanto, que esse modelo demanda uma revisão da forma de atuação ainda excessivamente centralizada e setorial do Estado, para o enfrentamento das questões regionais.

A forma atualmente mais adequada para se constituir uma entidade com essas características e objetivos é a da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, OSCIP. Esse formato de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos foi estabelecido pela Lei Federal 9.970/99 e incorpora múltiplas finalidades de interesse público, podendo celebrar, em nível federal, estadual e municipal, termos de parceria que permitem despesas com custeio e estabelecem controle dos projetos pelos resultados e não pelos gastos, ao contrário dos atuais e inadequados convênios.

Uma futura AMAB — Agência de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité, nome proposto para a OSCIP, deverá ser constituída, minimamente, por um Fórum, com representantes dos municípios, do Governo do Estado, de instituições parceiras (SEBRAE, Pacto de Cooperação, Banco do Nordeste,

EMATERCE, IBAMA e Universidades), de Órgãos Federais (com presença na Região) e da Sociedade Civil Organizada, como instância máxima de decisão colegiada, e por uma unidade gestora integrada por um Executivo Geral e 04 núcleos gerenciais — Controladoria, Acompanhamento de Projetos, Suporte Jurídico e Promoção Regional.

Nessa nova composição, a manutenção da OSCIP deverá se dar através de recursos provenientes de um Fundo de Desenvolvimento Regional, FDR, a ser criado, com contribuições voluntárias adicionais dos associados, de recursos complementares que a entidade conseguir captar e da prestação de serviços de treinamento, palestras, etc.

O FDR deverá ser formado por contribuições regulares dos integrantes da Agência de Desenvolvimento Regional, inclusive do Estado, através do orçamento das Secretarias que indicarem representantes. Os municípios devem contribuir da forma como hoje fazem para a Associação de Municípios. **Os valores da contribuição regular de cada uma das partes deverá ser objeto de negociação entre os integrantes da Agência de Desenvolvimento Regional, devendo essas instituições parceiras assegurarem montante mínimo inicial para garantir a instalação da ADR – Maciço de Baturité.**

A futura Agência de Desenvolvimento Regional deverá possuir balanços auditados regularmente e prestar contas com os seus financiadores e com a população em geral através de relatórios anuais e seminários com a comunidade regional.

### 11.3 PAPEL DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Como mencionado anteriormente, a nova AMAB — Agência de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité terá o objetivo de coordenar e promover o desenvolvimento da citada Região. Para tanto, precisa atuar, primordialmente, nas Áreas-Programa abordadas no decorrer deste documento.

O seu papel de coordenação se dará através da própria relação da entidade com seus membros constituintes, otimizando os recursos disponíveis e canalizando mais recursos para a Região, enquanto a promoção do desenvolvimento se dará através das atividades de apoio para execução do PDR.

O conjunto de investimentos programados para a Região terá impactos sensíveis na economia estadual e deverá propiciar um grande redirecionamento dos fluxos migratórios intraestaduais da população em busca de novas oportunidades de emprego.

Esse direcionamento está alinhado com o **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará** (1999/2002), que pretende ampliar, de forma significativa, as bases infra-estruturais capazes de apoiar a expansão da atividade econômica no território cearense.

A iniciativa aqui proposta, somada a outras ações setoriais relevantes, tais como a solução definitiva do suprimento de água para o Estado, a universalização das ações básicas de educação e saúde, o

desenvolvimento de novas tecnologias, a otimização da malha de transporte e acessibilidade, o suporte à expansão do turismo, o manejo ambiental responsável, dentre outras, está induzindo a práticas de planejamento mais adequadas e eficazes por parte da administração estadual.

Essas práticas contemplam, de forma pioneira, uma visão espacial integrada do território, na qual o contexto ambiental, com suas potencialidades e limitações, será o grande definidor da expansão e consolidação das manchas de desenvolvimento e concentração de populações. Nessa configuração nova do território, desempenharão também papéis relevantes a rede urbana existente, os eixos de infra-estrutura e os canais supridores de água.

Toda essa nova e correta forma de formular políticas públicas, a partir de um ordenamento territorial articulado, terá um impacto muito forte na vida das pessoas. Dessa visão surgirão locações potenciais de novos empregos que gerarão fluxos novos de populações e capitais.

Exatamente por isso, a legitimidade dessas proposições só poderá ser alcançada a partir de procedimentos que facilitem e estimulem a participação da sociedade organizada na discussão prévia dessas políticas.

## **12.0 NOSSO COMPROMISSO**

O Plano de Desenvolvimento Regional, PDR, do Maciço de Baturité expressa as aspirações compartilhadas dos habitantes da Região para com o seu futuro. Ele representa a materialização de um compromisso formal do Governo do Estado do Ceará e das municipalidades da Região, representadas através da Associação dos Municípios do Maciço de Baturité, AMAB, no sentido de torná-lo guardião dos recursos naturais e culturais da Região, sintetizando o conjunto das ações capazes de desenvolver a sustentabilidade e a competitividade da economia regional e assegurar a melhoria da qualidade de vida daqueles que ali vivem.

Reconhece a fragilidade ambiental e, ao mesmo tempo, a beleza do Maciço — uma terra com espécimes da Mata Atlântica, com clima acolhedor, com paisagens e visuais exóticos e de rara beleza e com comunidades vivendo, ainda, em relativa harmonia com a natureza. É um Plano que visa proteger o *habitat*, cuja configuração atual demandou milhares de anos para consolidar-se e é patrimônio de todos.

Reconhece que o Maciço representa o lar de mais de 210.000 residentes permanentes e realça as oportunidades de criação de novos empregos e a ampliação do bem-estar social dessa população.

É, também, e, necessariamente, um Plano que busca o equacionamento das questões relacionadas com a mobilidade e o transporte, o destino final de resíduos sólidos, a proteção e descontaminação dos recursos hídricos, a administração permanente e vigilante do uso do solo e o desenvolvimento de

nucleações, tanto urbanas quanto rurais, que assegurem a correta relação entre moradia e trabalho sem estimular a futura dependência do automóvel.

O PDR reconhece que o Maciço é um lugar *finito*, com uma capacidade limitada para sustentar novos crescimentos. Busca articular uma visão coletiva capaz de definir a *essência* do Maciço e assegurar a proteção das suas peculiaridades no contexto das demais regiões do Estado.

Além de uma mera visão da Região, o Plano representa um conjunto de expectativas e padrões. Expectativas otimistas de que a qualidade do desenvolvimento proposto será a mais adequada e padrões explícitos de procedimentos que deverão orientar as futuras ações públicas e privadas de desenvolvimento.

A materialização do PDR será um caminho longo e árduo e dependerá do trabalho continuado de muitos indivíduos — aqueles que representam a AMAB, as instâncias políticas do Governo do Estado e das municipalidades do Maciço, os membros do Conselho Supramunicipal do Maciço, CSM, os técnicos dos órgãos setoriais do Governo do Estado e do Governo Federal, os atuais e futuros investidores que participarão da construção do *Novo Maciço* e, acima de tudo, os cidadãos que participaram ativamente da formulação das suas diferentes etapas.

Para todos, este Plano será o GUIA para o futuro dessa Região. Será um Plano para proteger o melhor do Maciço e para corrigir os erros cometidos no passado.